



ADI DO PDT EXPÕE ESTATAIS E SEUS TRABALHADORES



O Supremo Tribunal Federal concluiu, no dia 05/02/2021, a votação em ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ajuizada pelo PDT. A Ministra relatora do processo, Carmen Lucia, seguida por outros 08 Ministros, concluiu que as estatais Casa da Moeda; Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (Dataprev); Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF); Empresa Gestora de Ativos (Emgea) podem estar no plano de desestatização previsto no caput do art. 2º e no inc. I e § 1º do art. 6º da Lei n. 9.491/1997, porém, também entendeu que “às empresas estatais cuja lei instituidora tenha previsto, expressamente, a necessidade de lei específica para sua extinção ou privatização, é mister observe o administrador público a norma legal”.

Causa indignação esta iniciativa do PDT, sem absolutamente nenhuma consulta aos Sindicatos representantes dos trabalhadores do SERPRO e DATAPREV, muito menos aos trabalhadores. Uma iniciativa que, feita em

momento completamente adverso, de intensa manifestação da imprensa burguesa na defesa das políticas pela redução do Estado, com ataques sem precedentes a servidores e empregados públicos, significou jogar os trabalhadores destas estatais às cobras.

A sanha privatizante do governo Bolsonaro quer o desmonte do país, ainda que isto represente colocar em risco a soberania nacional, como é o caso da privatização de empresas como SERPRO e da DATAPREV, cujo resultado será oferecer ao mercado privado nacional e internacional os dados das pessoas, das empresas e do próprio Governo, em afronta à Lei Geral de Proteção de Dados. Isso sem qualquer debate sobre os riscos envolvidos para as liberdades civis e os direitos fundamentais dos seus titulares e para os sistemas estruturantes do funcionamento de nosso país.

É necessária e urgente a mobilização conjunta dos trabalhadores de todas as empresas que estão na mira das privatizações. Unir os trabalhadores das estatais e defender nossas empresas públicas.

Leia e assine o MANIFESTO PELA FRENTE ÚNICA DE ESQUERDA NO BRASIL
através do link: <https://forms.gle/evs2hav32pkRDizQ9>



GOVERNO PROMETE PRIVATIZAR CORREIOS ATÉ 2022



Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, na última quarta-feira (3), o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, afirmou que o governo fará grandes privatizações até 2022, dentre elas, Eletrobrás e os Correios. Porém, ao ser questionado sobre a lista de 35 prioridades enviada ao Congresso, esclareceu que a privatização dos Correios não está na lista “porque o projeto de lei ainda não foi enviado. Mas o tema continua prioridade e o texto deve ser encaminhado até o início da semana que vem.”

O passo oficial na investida mais recente de privatização dos Correios foi dado pelo governo no dia 15 de outubro de 2019, com o decreto presidencial incluindo

a estatal no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O decreto possibilitou que o governo iniciasse a “realização de estudos e a avaliação de alternativas de parceria com a iniciativa privada e propor ganhos de eficiência e resultados para a empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira”.

Em 22 de agosto de 2020, o BNDES homologou o consórcio vencedor da seleção para realização dos estudos de privatização dos Correios, formado pelas consultorias e escritórios Accenture e Machado, Meyer, Sendacz, Opice e Falcão Advogados e auxiliará o governo na privatização.

O Governo Bolsonaro usa alegações de ineficiência e prejuízos dos Correios para realizar a privatização, mas ambas não se sustentam. A previsão de lucro no ano de 2020, em meio a pandemia, superará R\$ 1 bilhão, e entre os anos de 2017 e 2019 foram R\$ 930 milhões, ainda que a empresa não exista para dar lucro. O argumento de ineficiência cai por terra quando a própria empresa aponta que a entrega dentro dos prazos de contrato superam 98%.

A única saída para a classe trabalhadora é a sua organização. Somente em unidade com todas as categorias de trabalhadores, poderá enfrentar o desmonte da ECT e frear os processos de privatizações, que não passam de crimes de lesa-pátria para favorecer grandes corporações imperialistas.

PRIVATIZAR A ELETROBRÁS: PRIORIDADE DO GOVERNO EM 2021

Em pronunciamento durante a abertura oficial dos trabalhos do Congresso Nacional e do Senado, no dia 3/2, o presidente Bolsonaro apresentou as pautas que considera prioridade para serem votadas em 2021. Uma delas é a venda da Eletrobras, uma das estatais mais lucrativas do país. Por meio do Projeto de Lei 5.877/2019, o governo quer acelerar essa privatização.

A previsão de especialistas é que 99,7% da população brasileira, consumidora de energia elétrica, serão prejudicados com aumento das tarifas e



precarização dos serviços ofertados. A luta contra as privatizações do patrimônio público é de toda a classe trabalhadora.

BANCÁRIOS PARALISAM CONTRA AS MEDIDAS DO GOVERNO BOLSONARO

No dia 29 de janeiro, os trabalhadores do Banco do Brasil realizaram uma paralisação de 24 horas de Agências e Departamentos. Foi um protesto contra a reestruturação do setor bancário que prevê o fechamento de mais de 300 agências do banco em todo o país, desligamento de milhares de trabalhadores, descomissionamento de funções e a extinção do cargo de caixa. Na sexta, dia 5/2, em nova assembleia virtual, 87% dos bancários deliberaram pela deflagração de estado de greve, e de paralisação na quarta-feira 10 de fevereiro.



É urgente a unificação das categorias para lutar contra as medidas do Governo Bolsonaro.